

Modernidade e crise ética ¹

Frei Antônio Moser ²

Já faz alguns decênios que os teólogos vêm falando de crise ética e da ética. Desde os anos 50 este é um capítulo obrigatório de qualquer tratado sobre ética. Contudo, o grande público, normalmente no Brasil, só despertou para esta crise há bem pouco tempo. É que, embalados pelos encantos da modernidade nós nem nos dávamos conta da crise com suas múltiplas faces: econômica, política, social, familiar, todas interligadas.

Muitos são os fatores que estão contribuindo para uma nova tomada de consciência. Entre estes, num plano internacional, devemos citar o desmoronamento de boa parte dos regimes marxistas, particularmente no bloco da extinta União Soviética. Como fatores internos devemos lembrar o escândalo Collor, e atualmente o escândalo envolvendo muitos parlamentares e políticos destacados.

Infelizmente como as razões mais profundas da crise ética nem sempre são analisadas como é devida, esta nova consciência é pouco eficaz: confunde-se com poucos momentos e ângulos emocionais, que sabidamente são pouco consistentes, e mudam com rapidez.

Por isto mesmo, foi com alegria que vimos a programação desta Universidade católica neste ciclo de debates sobre a Ética. Com efeito, para um debate sério não há como escapar de confronto entre **natureza e cultura**, tema desenvolvido pela Professora Marilene Chauí. Também não há como escapar da abordagem feita pelo Professor Rogério Valle sobre a **racionalidade moderna**, nem das **correntes contestadoras do marxismo, existencialismo e personalismo**, que será desenvolvida pelo Prof. José Luiz Sirgrist.

É dentro deste contexto que deve ser colocado o tema **modernidade e crise ética**. Para desenvolvê-lo de modo adequado penso seguir o seguinte esquema: as raízes mais profundas da ética; as raízes mais profundas da crise ética da modernidade; as dificuldades do momento presente. Como me foi sugerido, terei nossa problemática brasileira subjacente, fazendo-a emergir ocasionalmente. Com isto penso poder trazer alguns elementos que nos ajudem a com-

preender nossa crise e a buscar eventuais caminhos de superação.

1. As raízes mais profundas da ética

Desde a antiguidade até hoje, não se conhece nenhum filósofo ou teólogo que se preze e que não tenha uma concepção ética mais ou menos explícita. É que os verdadeiros pensadores não podem deixar de perceber que a ética não se identifica com o que comumente se denomina de parâmetros da moralidade, ou com os cumprimentos tidos como morais. Percebem que a ética mergulha numa profundidade maior que aquela perceptível pela sociedade moral ou dos comportamentos.

1.1. O sentido etimológico

Se formos à raiz semântica da nossa palavra ética nos deparamos com duas possibilidades de tradução da palavra **ethos**: escrita com **eta** significa caráter; com **épsilon** significa costumes, mormente bons costumes. Mas uma leitura mais acurada logo aponta para outro sentido subjacente na mentalidade grega: residência, moradia. Recolhendo estes significados etimológicos básicos se chega a perceber que os **ethos** aponta para um modo próprio de ser e de viver onde se "abriga" o humano.

O ethos é como que o alicerce sobre o qual se estrutura o humano. Não é, porém, algo de imóvel; antes é como uma fonte borbulhante que sustenta o humano e a partir da qual os seres humanos buscam de novo revigorar-se. O **ethos** é algo de tão profundo que radica das normas morais e até mesmo da própria diversidade das religiões. Não só toda moral e toda religião se constituem na expressão de um **ethos**, como até mesmo os ateus podem apresentar dimensões éticas surpreendentemente profundas. **O ethos é como que a marca primeira** de qualquer ser humano, antes de qualquer outra marca cultural ou religiosa, mesmo que historicamente falando **ethos** nunca possa ser apreendido na sua primeira originalidade. Cultura e religião são a carne e os ossos de **ethos** historicamente vivido. É neste entrelaçamento de marcas originais, trabalhadas pela religião e pela cultura, que podemos apreender as aspirações profundas testadas pela experiência de um povo.

(1) Texto publicado parcialmente no livro "Teologia moral em meio as evoluções históricas", editado pelo Conselho Nacional dos Bispos Brasileiros.

(2) Doutor em Teologia Moral, Professor do Instituto Franciscano de Petrópolis, Rio de Janeiro.

Dentro deste contexto é de se notar a reverência com a qual os gregos, os primeiros a pensarem sistematicamente seu ethos, se referiram a eles. Quando pronunciavam esta palavra o faziam sempre com uma inusitada reverência: estavam como que oferecendo a chave capaz de abrir as portas para os grandes segredos do *humanum*.

O ethos era entendido como o último reduto do humano, onde humano e divino se encontram. Por isto mesmo, para os pensadores gregos, não eram os costumes vigentes que julgavam o ethos, mas o ethos que julgava os costumes vigentes.

É muito significativa uma frase colocada na boca de **Antígone**, figura central da “tragédia” grega. Repelindo a proibição emitida por decreto do Rei Creon, de enterrar seu irmão. Antígone o recremina com estas palavras carregadas de uma ironia eticamente interpletadora: *“Não pensei que tua proibição fosse suficientemente forte para permitir que um mortal transgreda as leis não escritas, inabaláveis, dos deuses. Essas são datáveis, nem de hoje, nem de ontem, e ninguém sabe quando apareceram...”* Embora assas afirmações sejam normalmente citadas como argumento em favor de uma lei natural estatisticamente considerada, elas certamente remetem também para o **dynamis**, a força de ethos. Para os gregos nenhum ser é capaz de revelar de imediato sua identidade mais profunda. Esta se esconde por trás de aparências enganadoras e é continuamente enriquecida. Muito menos o ser humano consegue revelar o seu verdadeiro rosto. Vivemos neste mundo como que num jogo de máscaras. Todo ser humano é um mascarado. Sua identidade só aparece quando consegue arrancar as máscaras pessoais, ideológicas e sociais.

Percebe-se assim que o ethos traduz muito mais do que um conceito. Acena para algo de mais profundo e decisivo. Com efeito, o ethos evoca “ninho”, “casa”, “refúgio”, “identidade”, “consciência”, “a eterna e misteriosa morada do Ser”, lá onde os seres humanos podem encontrar-se em profundidade com “O SER”, e por isso, consigo mesmo.

1.2 A abrangência do ethos

Os mesmos gregos, cômicos de que a identidade humana pessoal se concretiza na **polis**, ou seja, no Plano sócio-político, não visavam em primeiro lugar a intimidade da pessoa, mas aquilo que constitui o tecido de um povo. Ethos traduz para eles as **evidências primitivas e comuns, a experiência-sabedoria** de um povo, resultantes de uma prática histórica, pela qual se desvelam os valores indispensáveis para sua sobrevivência como povo. O ethos é como que uma espécie de fonte inesgotável dos valores e que um povo vai descobrindo, adquirindo e burilando, num processo sempre inacabado de aprendizagem.

O que dissemos acima não vale, evidentemente, só para os gregos, nem só para os povos “civilizados”. Todo e qualquer povo vive uma experiência do ethos, preservando antigos e adquirindo nossos valores.

Certamente, na prática torna-se difícil distinguir o que é inato e o que é adquirido, o que é natureza e o que é cultura. Enquanto **gerador de percepção, apreciação e ação**, o ethos

integra experiências do passado e do presente, dinamismo e constância ao mesmo tempo. Contudo, não se trata de uma constância física, mas exatamente de uma constância humana, e portanto, dinâmica.

O ethos pode ser melhor compreendido na medida em que ele vem associado com a “virtude”, ou seja, com o **vigor** de um povo ou de uma pessoa. Convém não esquecer que virtude nada tem a ver com pieguismo: na sua radicalidade ela remete para vis, que significa exatamente força, vigor, dinamismo. A virtude não é um apêndice, acréscimo ocasional. É algo de constitutivo, que emerge da dialética de um “ser” e um “vir-a-ser”.

1.3 O porque das crises éticas

Vimos que o ethos não se concretiza no abstrato, mas justamente no Plano histórico. E esse plano histórico aponta continuamente tanto para as pessoas, quanto para a sociedade, tanto para o que já foi, quanto para o que vai sendo, tanto para a tradição, quanto para a atualidade, tanto para a natureza quanto para a cultura. E na medida em que se evoca a cultura, não se pode perder de vista que ela remete para vários campos, entre os quais o religioso, o simbólico, o organizativo-social. O ethos vem sempre expresso por esses múltiplos componentes, que vão se fecundando mútua e dialeticamente.

O mais curioso, porém, é que as formulações éticas de um povo não se dão quando tudo está solidamente estabelecido. Elas se dão nos momentos de tensões, de crise, quando se chocam três tendências básicas: uma de conservação, outra de superação, e outra de inovação. O empenho pelas formulações éticas não ocorre nos períodos de grande vigor ético. Os períodos de grande vigor ético dispensam formulações mais precisas, já que o ethos alimenta quase que diretamente a vida concreta, sem contestação. Ao contrário, nos períodos de decadências é que se impõe a necessidade do nomos, ou seja, a multiplicação de leis. Constituições volumosas, em vez de traduzirem vigor ético, traduzem exatamente a falta deste vigor. Por mais paradoxal que possa parecer, a multiplicação das leis testemunha a fraqueza das instituições e dos povos. É uma tentativa desesperadora de acordar o senso ético debilitado.

É de se notar que, ao contrário dos grupos religiosos decadentes do seu tempo, que elencavam mais de 600 preceitos, Jesus resume todo o seu dinamismo ético em apenas um preceito: amar a Deus sobre todas as coisas e ao próximo como a si mesmo. É sintomático que ao ser compelido a organizar sua nova Ordem, São Francisco de Assis julgou suficiente estas palavras: O caminho dos frades é este: **“ob-servar o Evangelho de Nosso Senhor Jesus Cristo”**.

As crises éticas remetem ainda para períodos de pluralismo cultural, quando várias culturas, por circunstâncias históricas, se vêem confrontadas; pois todo grupo cultural apresenta também seu padrão ético próprio. Seria possível estabelecer uma unidade ética num período de pluralismo cultural? Seria isto desejável? O fato é que quanto mais primitiva uma sociedade, tanto mais rígida tende a ser na transmissão do seu paradigma ético, e quando mais desenvolvi-

da, **mais tende para a maleabilidade.**

De qualquer forma, tanto nos períodos de estabilidade, quanto nos períodos conturbados de transição, o desafio fundamental que se coloca em nível pessoal e social é sempre o de viver em consonância profunda com o seu ethos. E aqui nos encontramos mais diante de uma busca contínua do que diante de um ponto de chegada.

A mentalidade hodierna por um lado facilita essa busca, na medida em que tem consciência da provisoriidade de suas próprias conquistas; por outro lado, porém, dificulta a busca, na medida em que espera resultados imediatos. Daí a tentação de fixar-se em respostas prontas e acabadas, em vez de retomar continuamente o caminho.

As respostas prontas e acabadas em termos éticos são, de alguma forma, a morte do ethos, pois esse não pode ser aprisionado por uma formulação ética; nem ser comparado com as águas mortas de uma cisterna, mas exatamente com a água viva que jorra sempre de novo de uma fonte inesgotável: a fonte do *humanum*.

2. As razões mais profundas da crise ética na modernidade

Hoje, com muita frequência nos perguntamos pelos porquês da nossa crise ética. Algumas pistas iluminadoras já foram dadas acima. Mas nos parece muito pouco. Quando se pretende compreender melhor a atual crise brasileira, não se pode perder de vista nem o quadro geral, que é o da modernidade, nem o que é específico de nossa realidade paradoxal de primitivismo e modernidade conjugadas. Ademais, se quisermos um diagnóstico mais preciso, não podemos esquecer que a crise é compreendida e vivenciada de modo diferente nas várias camadas sociais.

2.1 O adeus à deusa razão

Modernidade se tornou um destes termos que devem aparecer em qualquer abordagem reflexiva. E no entanto poucas realidades são ao mesmo tempo tão imprescindíveis e tão ambíguas para compreendermos nosso momento presente, quanto esta.

Antes de mais nada a modernidade se constitui num fato irreversível, com aspectos positivos e negativos. Para nossos objetivos basta lembrar alguns elementos que caracterizam a modernidade. Trata-se antes de mais nada de uma reorganização econômica, política e cultural com o predomínio do mundo tecnológico, a centralização do poder e o desencantamento do mundo. O predomínio absoluto da factibilidade, da imanência, da liberdade, do subjetivo, carrega ao mesmo tempo consigo a secularização, a crise da autoridade e o relativismo moral e religiosos.

Sob o prisma filosófico-teológico, talvez seja bom recordar alguns nomes profundamente ligados à modernidade, a começar por **Kant**, com o seu empenho por criar uma ética realmente científica e universal. Para ele a modernidade tem uma significação histórico-universal: a humanidade poderia agora, finalmente, abraçar sua maioridade pelo uso público da razão. O ser humano já não deveria guiar-se por normas heterônomas, mas exatamente autônomas. O ser

humano é fonte de sentido: por isto dispensa qualquer tutela. Hegel, por sua vez vai acentuar o incontestável princípio regulador dos comportamentos humanos: a **subjetividade. A partir deste princípio da subjetividade, todas as dimensões humanas** - religião, economia, política, moral, arte - foram radicalmente trasfiguradas. Mas o mesmo Hegel vai além da pura subjetividade: a partir da perspectiva aberta pela filosofia transcendental, tenta um conceito de razão capaz de dar conta das aparências da crise da modernidade e possibilitar uma crítica de fundo ao reducionismo da mesma modernidade.

Com isto também fica evidente o calcanhar de Aquiles da modernidade em termos éticos: **a egologia**. Embevecido por suas inegáveis conquistas tecnológicas e científicas, o denominado homem moderno já não conhece limites. Qual Prometeu ousa desafiar os deuses, sem perceber que se encontra acorrentado à sua condição criatural. Sua propotência não se limita ao domínio prometico das coisas: proteja-se para o domínio tirânico dos semelhantes. E ainda mais: julga-se no direito de estabelecer o caminho da realização e da frustração, a felicidade ou a desgraça de toda a criação. A superação desta egolatria letal só é possível na medida em que a racionalidade não for confundida com o subjetivismo e a subjetividade se abrir para uma intersubjetividade comunicativa, dialogal e dialética. Só assim a **vontade indomável de saber e de dominar pode dar lugar à vontade e da solidariedade**.

2.2 O advento da deusa modernidade

De um ponto de vista ético o advento da modernidade encaixa-se como uma luva nas mãos da burguesia, sempre ciosa de sua liberdade ilimitada e prepotente. A burguesia se julga dona do mundo, das leis, das tradições. Nossa atual crise ética é certamente um reflexo de um sistema sócio-econômico e político dependente, decadente e excludente. Neste sistema a burguesia quase sempre se sentiu muito à vontade. Mas o nível de desagregação é tamanho, que a mesma burguesia agora sente-se ameaçada e apavorada. Sente-se como que dentro de uma aeronave desgobernada.

A questão que agora se levanta é a de onde surge o apavoramento da burguesia. Ousaria sugerir, como hipótese, e não como tese, que isto é fruto de uma mudança acentuada no ethos das classes populares. Os empobrecidos sempre se defenderam como podiam. Só que hoje, parecem ter aprendido algo da malandragem comandada pelas elites: o feitiço ameaça voltar-se contra o feiticeiro. Para entender isto não podemos deixar de lado a problemática da cultura popular. Embora preocupado em não retomar a abordagem certamente brilhante da Professora Marilene Chauí, acho indispensável um aceno para a cultura popular e suas implicações. A atenção que dedicamos aos empobrecimentos não deve ser entendida como se eles fossem culpados da crise ética: são vítimas; mas vítimas reforçam o desmoraonamento de todo um ethos tradicional. Sem isto ficaria difícil entender a abrangência da nossa crise ética, já que os empobrecidos constituem a absoluta maioria da nossa população.

Sabidamente o termo cultural além de abrangente é cheio

de meandros. Basta considerar as muitas tentativas de definição de cultura. Desde fins do século passado, com E. Taylor, quando se fala em cultura, se pensa num complexo de experiências, práticas, artes, símbolos, moral, leis, costumes e hábitos. O conjunto de experiências e práticas denominado de cultura vem ao mesmo tempo carregado de valores e padrões de comportamento, estabelecendo-se assim o que se chama de **ethos cultural** que caracteriza um povo, dá sentido para sua vida e para suas práticas.

Todos temos muito presente que, o universo cultural ético e religioso predominante entre os pobres era, até há pouco, aquele do intrincado catolicismo popular e da religiosidade popular. Não podemos aqui entrar nesta questão, mas suas implicações devem ser pressupostas neste contexto. É todo um universo cultural, ético e religioso diferente daquele, por exemplo da classe média.

Simplificando ao máximo se poderia dizer que, embora teoricamente estas camadas assumam as coordenadas culturais, éticas e religiosas oficiais, na prática são regidas por outros parâmetros. É todo um modo próprio de viver e interpretar todas as realidades, inclusive éticas e religiosas.

E aqui surge um elemento complicador do nosso já intrincado contexto cultural, ético e religioso. Além do já intrincado mundo da religiosidade e do catolicismo popular, nestes últimos decênios vêm sempre mais se impondo, mesmo entre os empobrecidos, o que se denomina de “cultura da modernidade”. Enquanto oficialmente somos regidos pela modernidade, de fato, grandes estratos da nossa população vivem numa situação ambígua entre cultura popular e cultura da modernidade.

Por um lado, a cultura da modernidade arranca, por assim dizer, grande parte da alma religiosa originariamente predominante nestas camadas, e por outro, reforça um vago misticismo e um forte sincretismo, sempre presentes nas camadas populares. Por um lado a modernidade ajuda os empobrecidos a se sentirem pessoas, sujeitos de direitos e deveres; por outro, tende a confirmá-los a buscarem tranquilamente seus próprios caminhos, sem referência a parâmetros éticos determinados. Por um lado a cultura da modernidade viabiliza relações conjugais e familiares mais personalizadas, ao criticar o machismo e ao insistir numa redivisão das tarefas; por outro, arranha profundamente a concepção cristã de pecado, e reforça, com pretensões científicas, uma moralidade tradicionalmente elástica. Isto se verifica sobretudo no campo da sexualidade, com consequentes reflexos sobre o matrimônio. Ao desvincular o indivíduo de suas raízes sociais, deixando-o entregue a si mesmo, a nova cultura industrial rompe o já sempre precário equilíbrio tradicional das relações intra e extra-familiares.

Em termos conjugais e familiares se percebe uma nítida privatização. O indivíduo, o “amor-paixão”, sem nenhuma ou com pouca referência ao social e institucional, vão ganhando corpo. Como também ganha corpo uma concepção diferente de corpo pouco compatível com a da filosofia grega e da concepção do judeu-cristianismo. O corpo já não é mais visto como o corcel da alegoria de Platão, que deve ser

guiado pelas rédeas da razão. Muitos menos é visto como a morada de Deus. Ele se apresenta como objeto de processos biológicos, instintivos, guiado pela onipotência dos desejos. A medicalização da sexualidade, com reprodução humana assistida, apontando para o eugenismo biológico e social, vêm completar a confusão deste quadro, já originariamente confuso.

Nesta altura se percebe melhor a existência de um casamento estranho e paradoxal: ao mesmo tempo que as vítimas da modernidade são dominadas social e culturalmente pelas classes média e alta, sentem-se como que reforçados em alguns postulados da cultura dos pobres ditadas pelas leis da sobrevivência. Ao mesmo tempo que a cultura e a mentalidade popular são sempre mais relegadas ao folclore, ocasionando uma mudança de costumes, elas se sentem profundamente sintonizadas com a modernidade, justamente no que há de mais negativo. Ao mesmo tempo que a egolatria das classes média e alta rouba-lhes literalmente o direito de viver, as camadas mais pobres, maltrapilhas e desdentadas sentem-se convocadas a gozar das migalhas que lhe são atiradas para mantê-las submissamente dóceis aos comandos.

Todo este quadro, onde por razões completamente diferentes, pobres e ricos lançam-se à mesma orgia libertacionista, hedonista e relativista, percebe-se melhor a profundidade da nossa crise ética e a ilusão que alimentou a intelectualidade há alguns anos atrás: bastaria que os pobres fizessem ouvir sua voz e tomassem o seu lugar para construirmos uma sociedade profundamente ética, e por isso mesmo justa e solitária.

É dentro deste quadro que se entende a última Encíclica do atual Papa João Paulo II: o jogo que se estabelece é entre uma ética subjetivista e conscientemente arbitrária, e uma ética que se funda no Esplendor da Verdade do ser humano, enquanto assume sua condição criatural. Convidando a construir uma nova humanidade encontra sua liberdade não enquanto abraça os primeiros impulsos mas enquanto ausculta as profundezas do seu *ethos* e as operacionaliza. Mas este é um capítulo complicado, que faz emergir uma problemática antiga, embora agora com novos traço, que é exatamente a problemática das normas éticas.

3. As dificuldades do momento presente

Nenhuma sociedade pode sobreviver sem normas éticas. Mas é preciso confessar honestamente que a modernidade não só nos lançou numa crise ética, mas também numa profunda crise da ética. Onde buscar apoio não só para construir uma nova ética, mas sobretudo uma sociedade ética? A grande tentação dos dirigentes civis, quanto dos religiosos, é lançar mão de princípios atemporais, rígidos. A história da ética e a história política das várias sociedades nos asseguram que sucumbir a esta tentação é preparar outra crise de proporções ainda maiores. A saída parece encontrar-se antes na difícil busca de uma síntese, que articule o “esse” e o “fieri”, abrindo-se para uma verdadeira Sabedoria.

3.1 Não confundir *ethos* com norma

Ethos e normas são duas palavras que, à primeira vista

parecem quase idênticas. As normas éticas seriam a tradução fiel do ethos. E no entanto, essa identificação pode revelar-se muito simplista, pois ignora as mediações. Se é certo que as normas traduzem, algo do ethos, também é certo que podem ser confundidas com ele.

Com efeito, como vimos no início, o ethos é fonte. Nós nem podemos criá-lo, nem domesticá-lo. O que podemos fazer é buscá-lo, canalizá-lo, aproveitar-se do seu potencial. Ou então podemos ignorá-lo, tentando buscar outras fontes. O resultado é o que já conhecemos: damos longas voltas e percebemos que andamos em círculo, sem saída.

Já as normas são tentativas de captar as águas sempre borbulhantes dessa fonte que se renova sem cessar. Sem dúvida as normas éticas se constituem num espelho por desvelar o ethos. Elas não são estabelecidas arbitrariamente. E se o forem já não serão normas éticas, e sim decretos nascidos da prepotência humana. Por isso mesmo são normas a-éticas, imorais.

Normalmente as normas que merecem o nome de **éticas** traduzem uma experiência de vida. Por isto mesmo essas normas devem ser assumidas com seriedade. Mas a própria seriedade nos obriga a ter presente que as normas éticas remetem para um contexto determinado, para um sujeito determinado. Isto significa, concretamente, que elas remetem para uma série de condicionamentos, sejam elas estruturais ou situacionais. E se estas normas forem, por exemplo, oriundas de livros sagrados, como a Bíblia, assim mesmo passarão sempre por um processo hermenêutico. Daí não se poder sustentar, sem mais, que as normas sejam objetivas. São mais, ou então menos objetivas na medida em que mais, ou então menos fielmente interpretam o ethos. E de qualquer forma elas sempre passam através do crivo de um sujeito social.

3.2 Articular o “esse” e o “fieri”

As constatações feitas há pouco sugeriu que então não temos outra saída senão a de reconhecer que estamos ao léu, sem parâmetros definidos, ou então definidos subjetivamente. É exatamente esta uma das conseqüências negativas da modernidade. E infelizmente esta é a conclusão que muitos tiram na prática: cada um age na prática: cada um age de acordo com os seus primeiros impulsos. E contudo esta não deve nem precisa ser a conclusão. O caminho até a fonte do ethos é um caminho árduo, mas que compensa, pois é o caminho da nossa realização pessoal e social. O acesso pode ser duplo, embora no final de contas percebamos que é um só. O primeiro é o da busca racional de uma síntese resultante da conjugação do “esse” com o “fieri”. O segundo é o Revelação. Um não exclui o outro, mas ambos se complementam.

Víamos mais acima que a modernidade é um fato irreversível e não há porque lamentar este fato. O problema consiste em repensar a ética sem jogar fora todo o ingente empenho humano, desvele as grandes aspirações humanas a as viabilizem na prática. Se já fazer uma síntese teórica é um grande desafio, maior ainda o é fazer uma síntese histórica, ainda mais que esta nunca resulta de voluntarismo,

mas de várias forças históricas. É por tudo isto que não se pode impunemente “sacralizar” as normas éticas, como também não se pode impunemente relativá-las a tal ponto que cada um crie arbitrariamente suas próprias normas. A função dos eticistas consiste em articular o que evolui e o que permanece; o que permanece e deve permanecer em meio às evoluções: articular o “esse” e o “fieri”, não como se fossem dois departamentos estanques, mas dialeticamente, na pressuposição de que não pode substituir sem o outro.

O “esse” é uma palavra latina e vem lembrado pela nossas palavras “essência”, “natureza profunda”, “identidade”. Todas as realidades humanas são sustentadas por um “esse”. Se quisermos trabalhar com uma comparação, poderíamos nos referir, por exemplo, à roseira. Seu “esse” não consiste nem na configuração que a ela apresenta (pois esta pode ser muito diversificada), nem nas rosas que elas produzem (que também podem ser muito diversificadas). Seu “esse” é constituído pela “rosidade”, por força oculta que a faz surgir, a alimentar e possibilita que, apesar de miríadas de variedades de roseiras e de rosas, nós as identifiquemos com o mesmo nome. Algo de parecido se passa com os seres humanos: eles se configuram nos mais diversos climas, nos mais diversos tamanhos, nas mais diversas raças, na masculinidade ou feminilidade, mas nós sempre os reconhecemos como sendo humanos.

A partir daqui é fácil compreender também o “fieri”: são as configurações que os seres humanos ou demais seres vão assumindo, de acordo com uma série de fatores externos. Seria um erro partir da pressuposição de que só o “esse” é decisivo: não existe um “esse” puro. Só existe um “esse” conjugado com o “fieri”, o vir-a-ser-, a evolução, a transformação, o que denominamos de contingência histórica. Por aí já se percebe que a descoberta do nosso ethos exige um grande empenho intelectual para desvendá-lo e um grande empenho prático-existencial para viver em consonância com ele. Este é o caminho da sabedoria.

3.3 Sabedoria

Na cidade de Constantinopla, entre as centenas de mesquitas, destaca-se uma, que foi construída em cima de uma igreja cristã: era a Santa Sofia. Os cristãos sempre tiveram um apreço por esta santa que não é de carne e osso, mas traduz algo de fundamental para a nossa vida: a Sabedoria. Vários são os textos bíblicos que a exaltam; e ela sempre é um referencial importante. A sabedoria, interpretada ao modo cristão não se confunde com um acúmulo de conhecimentos. Há grandes intelectuais que não são sábios, e há sábios que não são intelectuais. É que uns trilham seus próprios caminhos e outros trilham “o” caminho: “eu sou o caminho, a verdade e a vida”, nos diz Jesus Cristo.

É nesta altura, que como São Paulo no Areópago de Atenas, ousaria dizer: quero falar a vocês a partir de um deus desconhecido: é o Deus de Jesus Cristo, para os cristãos, a fonte última de toda eticidade e de toda realização.

As buscas por conhecer o humano dos seres humanos sempre de novo nos levam a um antigo princípio filosófico: conhece-se a ti mesmo”. Este é o ponto de partida da sabe-

doria. Quanto mais profundamente mergulhamos no humanum tanto mais percebemos que “sabemos que nada sabemos”. É que o mistério do humanum aponta justamente para algo que é mais profundo do que aquilo que pode ser apreendido: suas dimensões divinas. O ser humano traz consigo algo que é maior do que ele mesmo.

E é altura que se apresenta o Cristo, imagem perfeita do Pai e plenamente humano, como o caminho pelo qual os seres humanos podem entender algo de mais definitivo sobre Deus e sobre si próprios. Em Cristo, o humano e o divino se conjugam de modo inseparável. O divino se abre para o humano e o humano só encontra sua identidade profunda à medida em que se abre plenamente para o divino. Essa abertura total do divino para o humano e do humano para o divino se dá somente no Cristo, é justamente por essa razão que cabe a afirmar do Cristo como a revelação plena do humano.

Mas o Cristo não apenas encarna o humanum na plenitude, como encarna também o conhecimento deste humanum, da sua identidade profunda. Ou seja, é também aqui que devemos buscar o fundamento último das normas morais. Com as normas ocorre algo de parecido com o que acontece numa tradução de uma para a outra. Existe sempre um código-fonte e um código destino. Só é bom tradutor quem domina simultaneamente os dois códigos. Acontece que, nenhum ser humano domina totalmente os dois códigos subjacentes às normas éticas. Só Jesus Cristo é o Mestre, uma vez que só

Ele encarna com perfeição os dois códigos pressupostos: o divino e o humano. Os demais intérpretes podem ser mais, ou então menos fiéis, na exata medida em que se identificam mais ou então menos profundamente com o modo de ser, proceder e conhecer de Jesus Cristo.

CONCLUSÃO

Bem sei que nesta altura deverão estar com vontade de reagir como os atenienses ao discurso de São Paulo em Atenas: “sobre isto te ouviremos de outra vez”. Pois parece que nestas colocações finais são depreciados todos os empenhos dos não cristãos. Mas não é bem isto que pretendo sustentar. Pois felizmente Jesus Cristo não é prisioneiro de nenhuma religião, mas a luz que ilumina todo ser que vem a este mundo. Felizmente, já os primeiros teólogos do cristianismo, perceberam que nós não somos os únicos detentores da Verdade; que ninguém é detentor de toda Verdade. Ao contrário, as “sementes do Verbo” estão espalhadas por toda parte. E cabe aos que estão perto da grande luz, saber recolher estas sementes, valorizá-las como manifestação da grande luz que brilha num céu carregado de estrelas.

Nesta perspectiva todos encontram vez não só na busca da fonte sempre viva do ethos, mas todos encontram vez para construir uma sociedade de seres verdadeiramente humanos.